



## Frente Parlamentar e servidores se unem para barrar reforma Administrativa



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020 que contém o texto da reforma Administrativa do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) traz uma série de ataques aos servidores públicos, especialmente os que ganham menos e estão na linha de frente da Covid-19, prejudicando ainda mais a população que necessita um serviço público de qualidade.

Para evitar este desmonte, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, composta por cerca de 250 deputados de diversos partidos, em conjunto com sindicatos dos servidores, vem se mobilizando para impedir que a reforma Administrativa seja aprovada. Uma agenda de lutas, a ser divulgada, está sendo preparada pelos servidores públicos.

A proposta da PEC nº 32 deve entrar na pauta de votação da Câmara Federal, por decisão do seu presidente, Arthur Lira (Progressistas-AL), que está atendendo a um pedido da dupla Bolsonaro/Paulo Guedes, ministro da Economia.

Para os deputados Carlos Veras (PT-PE) e Alexandre Padilha (PT-SP), ex-ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff (PT), a reforma foi idealizada para ceder à iniciativa privada áreas de serviços essenciais para a população como saúde, educação, assistência social e segurança, entre outras, que estão garantidos como serviços gratuitos na Constituição Federal.

“Esta reforma, ao contrário do que vendem, não atinge apenas os servidores, nem combate privilégios, por que não mexe com quem ganha grandes salários, mas atinge professores, enfermeiros e outras categorias que estão na linha de frente de combate a Covid-19”, ressalta Veras.

“Vamos lutar na Comissão Especial que está sendo montada. Estarei presente, como integrante desta Frente, defendendo os trabalhadores públicos. Estaremos juntos para impedir que Bolsonaro destrua o serviço público”, garante Padilha.

*Matéria completa no site da Condsef*

## Bancários do BB ampliam resistência contra desmonte e ameaça de privatização



Após a greve de 24 horas na última quarta-feira (10), que paralisou agências por todo o país, a direção do Banco do Brasil se recusa a negociar o chamado “plano de reestruturação”. No mesmo dia, o Comando Nacional dos Bancários se reuniu com a direção do banco, que se manteve irredutível ao não rever o fim do comissionamento de função dos caixas e nem o abono dos dias de paralisação. Diante do impasse, os trabalhadores devem reforçar as mobilizações contrárias ao fechamento de agências e a retirada de direitos.

Na última sexta-feira (12), eles realizaram um protesto em frente ao shopping Cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, um dos centros financeiros da capital. Os bancários alertaram a população sobre os riscos do desmonte das empresas públicas promovido pelo governo Bolsonaro.

“O objetivo de um banco público deve ser o desenvolvimento do país. Mas com o governo federal que temos, retomamos a política econômica da década de 1990”, afirmou o bancário Felipe Garcez, um dos dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região que participaram da manifestação.

Segundo Garcez, a intenção do governo é enfraquecer e preparar a privatização de empresas estatais, como a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal e o próprio Banco do Brasil. “Durante a campanha, o hoje ministro Paulo Guedes deixou claro para todo mundo quando perguntado qual o seu programa. Na época, disse que faria o mesmo que o governo Temer vinha fazendo, só que mais rápido”, acrescentou.

*Matéria completa no site da CUT Brasil*